



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA



Processo Nº 033 Exercício de: 2026

Encaminhado pela Presidência
(CMJ) Recebido
em 25/02/26 para CCJ
Parecer da Comissão _____
Recebido _____

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 030

Devoça a Lei Municipal nº 2598/2019, que
cria o Arquivo Público Municipal e institui o
Conselho Municipal de Arquivo.

Nome: Executivo Municipal

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
em Sessão de 10/03/26

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
em Sessão de 17/03/26

APROVADO	
Favoráveis	<u>12</u>
Contrários	<u>-</u>
Abstenções	<u>-</u>
<u>10/03/26</u>	

ATUAÇÃO

APROVADO	
Favoráveis	<u>17</u>
Contrários	<u>-</u>
Abstenções	<u>-</u>
<u>17/03/26</u>	

Aos _____ dias do mês _____ de 20 _____, nesta cidade de Jaguariúna,
na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê.
Do que para constar, faço este termo.

Eu _____ ATADO Secretário, a subscrevi



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

PROJETO DE LEI Nº 030 /2026.

Revoga a Lei Municipal nº 2.598, de 16 de abril de 2019, que cria o Arquivo Público Municipal e institui o Conselho Municipal de Arquivo.

DAVID HILARIO NETO, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo, nos termos do Processo SEI nº 3524709.420.00021089/2025-11,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada, em todos os seus termos, a Lei Municipal nº 2.598, de 16 de abril de 2019, que criou o Arquivo Público Municipal e instituiu o Conselho Municipal de Arquivo no âmbito do Município de Jaguariúna.

Art. 2º As atribuições do Arquivo Público Municipal e do Conselho Municipal de Arquivo ficam transferidas, no que for compatível, à Secretaria Municipal de Administração, a serem exercidas por meio do Departamento de Atendimento e Protocolo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, 6 de fevereiro de 2026.

DAVID HILARIO NETO

Prefeito



Documento assinado eletronicamente por David Hilario Neto, Prefeito, em 09/02/2026, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0866102 e o código CRC FAC23006.

Referência: Processo nº 3524709.420.00021089/2025-11

SEI nº 0866102

APROVADO EM 19 DISCUSSÃO
em Sessão de 10/03/26

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
em Sessão de 17/03/26

APROVADO	
Favoráveis	<u>12</u>
Contrários	<u>-</u>
Abstenções	<u>-</u>
<u>10/03/26</u>	

APROVADO	
Favoráveis	<u>11</u>
Contrários	<u>-</u>
Abstenções	<u>-</u>
<u>17/03/26</u>	



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

Ofício DER-nº 005/2026



Jaguariúna, em 6 de fevereiro de 2026.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa respeitável Câmara Municipal, o incluso PROJETO DE LEI que tem por finalidade extinguir o Arquivo Público Municipal e o Conselho Municipal de Arquivo, instituído pela Lei Municipal nº 2.598, de 2019.

Desde a sua criação, o Arquivo Público Municipal e o Conselho Municipal de Arquivo não lograram desempenhar, de forma contínua e futurada, as funções para as quais foram concebidos, o que inviabiliza sua atuação como instância efetiva de formulação, acompanhamento ou assessoramento das políticas públicas a eles vinculadas. Tal cenário esvazia a finalidade do órgão e compromete a racionalidade administrativa, mantendo-se uma estrutura formal sem correspondência prática na gestão pública.

Ressalte-se que as atribuições originalmente previstas na Lei nº 2.598/2019 podem ser absorvidas com maior eficiência, especialização técnica e economicidade pelos servidores do Departamento de Atendimento e Protocolo, em articulação direta com a Secretaria Municipal de Administração, órgãos que já detêm competência institucional, conhecimento técnico e estrutura administrativa adequada para o desempenho dessas funções.

A centralização dessas atribuições em unidades administrativas permanentes contribui para o fortalecimento da governança, a otimização de recursos humanos e materiais, a redução de entraves burocráticos e o aprimoramento da execução das atividades administrativas, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Dessa forma, a extinção do Arquivo Público Municipal e do Conselho Municipal de Arquivo **não** representa supressão de políticas públicas ou prejuízo à Administração, mas, ao contrário, traduz-se em medida de adequação organizacional, voltada à modernização da estrutura administrativa municipal e ao melhor aproveitamento das capacidades institucionais já existentes.

Por tais razões, entende-se que o presente Projeto de Lei atende ao interesse público e merece a aprovação pelo Poder Legislativo.

Atenciosamente,

DAVID HILARIO NETO

Prefeito



Documento assinado eletronicamente por David Hilario Neto, Prefeito, em 10/02/2026, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0865986 e o código CRC 5D42DC28.

PROTOCOLO Nº	0126
EM	10/02/26
SECRETARIA	1

LIDO EM SESSÃO
DE 24/02/26



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP



LEI Nº 2.598, de 16 de abril de 2019.

Dispõe sobre a criação do Arquivo Público Municipal, institui o Conselho Municipal de Arquivo – CMA, e dá outras providências.

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Arquivo Público Municipal, como unidade administrativa subordinada à Secretaria de Governo, com a finalidade de organizar o sistema de arquivo de documento, desde a sua produção até a destinação final por meio de eliminação ou guarda permanente, com vista à racionalização e eficiência administrativa, bem como, à preservação do patrimônio documental de interesse financeiro, histórico e cultural.

Art. 2º Compete ao Arquivo Público Municipal:

I – implementar, acompanhar e supervisionar a gestão de documentos produzidos, recebidos e acumulados pela Administração Pública Municipal no exercício de suas funções;

II – preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, garantindo o acesso às informações neles contidas, observadas as restrições legais;

III – orientar tecnicamente a execução das atividades de protocolo e arquivo nas unidades setoriais da Prefeitura;

IV – estabelecer normas de organização e funcionamento dos arquivos do Município em todo o seu ciclo vital;

V – coordenar e orientar os trabalhos de classificação e avaliação de documentos públicos do Município;

VI – promover a organização, a preservação e o acesso aos documentos de valor permanente ou histórico recolhidos dos diversos órgãos da Administração Municipal;

VII – guardar e preservar os documentos de origem privada, declarados de interesse público e social, na forma da legislação vigente;

VIII – estimular e promover a capacitação, o aperfeiçoamento, o treinamento e a reciclagem dos servidores que atuam na área de gestão de documentos de arquivo.

Art. 3º Para os fins desta lei, consideram-se:



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP



I – arquivos públicos: os conjuntos de documentos produzidos e recebidos pelos órgãos da Administração Pública Municipal em decorrência do exercício de suas atividades específicas;

II – gestão de documentos: o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, classificação, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente, que assegura a racionalização e a eficiência dos arquivos;

III – política municipal de arquivos: o conjunto de princípios, diretrizes e programas elaborados e executados pela Administração Pública Municipal de forma a garantir a gestão, a preservação e o acesso aos documentos públicos municipais.

Art. 4º Os documentos públicos municipais serão classificados segundo critérios estabelecidos pelo art. 8º, da Lei Federal nº 8.159/1991, como correntes, intermediários e permanentes.

§ 1º Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituem objeto de consultas frequentes.

§ 2º Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente.

§ 3º Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo, que devam ser definitivamente preservados.

Art. 5º Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis, de acordo com o artigo 10 da Lei Federal nº 8.159/1991, e ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social, de acordo com o artigo 25 da mesma lei.

Art. 6º São considerados sigilosos, com acesso restrito ao interessado, os documentos relacionados à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas.

Art. 7º Fica instituído o Conselho Municipal de Arquivo – CMA, vinculado ao Arquivo Público Municipal e composto por representantes dos órgãos de contabilidade, recursos humanos, educação e cultura, sob a presidência do Diretor do Arquivo Público Municipal.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Arquivo é um órgão colegiado, com funções consultivas e de assessoramento, com a finalidade de favorecer a formulação e a



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP



implementação da Política Municipal de Arquivos.

Art. 8º A eliminação de documentos públicos municipais desprovidos de valor permanente dependerá de autorização por decreto do Executivo e será formalizada por meio de registro de ata assinada pelos integrantes do Conselho Municipal de Arquivo, a qual consignará a quantidade de documentos, data limite de guarda, espécie de documentos eliminados e os meios utilizados para destruição.

Parágrafo único. A destruição dos documentos poderá ser feita por incineração, destruição mecânica, transformação em aparas ou por outro meio adequado a critério do Conselho Municipal de Arquivo.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a estrutura, o quadro funcional e o funcionamento do Arquivo Público Municipal.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, aos 16 de abril de 2019.



MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS
Prefeito

Publicada no Departamento de Expediente e Registro da Secretaria de Governo,
na data supra.

VALDIR ANTONIO PARISI
Secretário de Governo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES PERMANENTES

Projeto de Lei nº 030/2026

DATA: 04/03/2026

HORÁRIO: 14hs

PRESENTES:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI (PRESIDENTE DA CCJ E DE OBRAS)

VEREADORA ANA PAULA ESPINA SOUZA MUNIZ (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS)

VEREADOR CLAUDIO ROBERTO ANASTACIO (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADOR CRISTIANO CECON (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS e CIDADANIA)

VEREADOR ELCIO SHIYOITI HIRANO (VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADORA GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS (VICE- PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE OBRAS)

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS)

VEREADOR JOSÉ MUNIZ (VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS e PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS (SECRETÁRIA DA CCJ E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE).

VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO (VICE PRESIDENTE DA CCJ E VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE)

VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE)



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA (PRESIDENTE DA CÂMARA)

VEREADORA ROSE FERREIRA LOPES COUTINHO

DISCUSSÃO:

A Vereadora Ana Paula Savioli, Presidente da CCJ, efetuou a leitura do Projeto Lei. Os Vereadores presentes discutiram o projeto, bem como o aprovaram para a próxima Sessão Ordinária.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, REDAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO Nº 033, 2026

Em atenção às atribuições regimentais previstas no Regimento Interno, especialmente quanto ao assessoramento dos trabalhos da Comissão, regularidade formal do processo legislativo, organização dos documentos e subscrição dos pareceres, a Secretaria manifesta-se nos seguintes termos:

☐ **CONCORDO** com o parecer exarado pelo Departamento Jurídico, entendendo que a proposição encontra-se em conformidade com os aspectos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa, estando apta à regular tramitação.

☐ **DISCORDO** do parecer exarado pelo Departamento Jurídico, por entender que a proposição apresenta vícios quanto à constitucionalidade, legalidade ou técnica legislativa, conforme fundamentos já apontados no âmbito desta Comissão.

Jaguariúna, 04 de março de 2026


Graça Albaran

Secretária da Comissão de Constituição, Redação e Justiça

→ sem parecer do Dpto Jurídico, solicito anexar parecer exarado por mim.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 030/2026

PARECER JURÍDICO AO PROJETO de LEI Nº 030/2026.

Autoria: **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Ementa: **“Revoga a Lei Municipal nº 2.598, de 16 abril de 2019, que cria o Arquivo Público Municipal e institui o Conselho Municipal de Arquivo.”.**

I. Relatório:

Trata-se o presente Parecer Jurídico acerca de análise de Projeto de Lei nº 030/2026 que “Revoga a Lei Municipal nº 2.598, de 16 abril de 2019, que cria o Arquivo Público Municipal e institui o Conselho Municipal de Arquivo.”

No mérito, o Projeto estabelece que com a revogação, as atribuições do Arquivo Público Municipal e do Conselho Municipal de Arquivo ficam transferidas, no que for compatível, à Secretaria Municipal de Administração, a serem exercidas por meio do Departamento de Atendimento e Protocolo.

Na Justificativa, o Poder Executivo Municipal explana que desde a sua criação, o Arquivo Público Municipal e o Conselho Municipal de Arquivo não lograram desempenhar, de forma contínua e estruturada, as funções para as quais foram concebidos, o que inviabiliza sua atuação como instância efetiva de formulação, acompanhamento ou assessoramento das políticas públicas a eles vinculadas.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 030/2026

Explicou, ademais, que as atribuições originalmente previstas na Lei nº 2.598/2019 podem ser absorvidas com maior eficiência, especialização técnica e economicidade pelos servidores do Departamento de Atendimento e Protocolo, em articulação direta com a Secretaria Municipal de Administração, órgãos que já detêm competência institucional, conhecimento técnico e estrutura administrativa adequada para o desempenho dessas funções.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

II. Da Competência e Iniciativa:

O projeto versa sobre matéria de competência do Município, em razão da presença do predominante interesse local, encontrando amparo no artigo 30, incisos I e VIII da Constituição Federal. Assim, o Projeto de Lei Complementar n.º 006/2024 tem natureza legislativa.

Quanto à sua iniciativa a competência é exclusiva do Poder Executivo, na forma preceituada pelo art. 43, inciso III da Lei Orgânica do Município.

“São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da administração pública;”

III. Da Constitucionalidade e Legalidade:

Quanto à constitucionalidade do Projeto, não há entendimento no sentido de contrariedade ao texto legal, uma vez que versa sobre questão relaciona a atos de gestão do Poder Executivo.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 030/2026

IV. Das Comissões Permanentes:

A Proposição do Projeto em análise precisa ser submetida ao crivo das Comissões de: **Constituição, Justiça e Redação** (art. 72, inciso I do R.I.), **Orçamento, Finanças e Contabilidade** (art. 72, inciso II do R.I.), **Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes** (art. 72, inciso III do R.I.).

V. Conclusão:

O Projeto de Lei nº 030/2026 não encontra confrontos com o texto legal da Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal, sendo que o presente Parecer opina pela viabilidade técnica do Projeto.

No que tange ao mérito, este Departamento Jurídico não irá se pronunciar, pois caberá aos Nobres Vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 05 de março de 2026.


LIVIA MARTINS BALDO NINI
OAB/SP 327.103
Advogada Legislativa - Câmara Municipal de Jaguariúna



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 030/2026

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO e
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE ao Projeto de Lei nº 030/2026.

Autoria: **EXECUTIVO MUNICIPAL.**

Parecer: **FAVORÁVEL.**

De iniciativa do Excelentíssimo Prefeito, o Projeto de Lei nº 030/2026 revoga a Lei Municipal nº 2.598, de 16 de abril de 2019, que cria o Arquivo Público Municipal e institui o Conselho Municipal de Arquivo.

No mérito, é discorrido que as atribuições do Arquivo Público Municipal e do Conselho Municipal de Arquivo ficam transferidas à Secretaria Municipal de Administração, sendo exercidas por meio do Departamento de Atendimento e Protocolo.

Na justificativa, Excelentíssimo Prefeito explana que as atuações do Arquivo Público Municipal e do Conselho Municipal de Arquivo não lograram suas funções originalmente atribuídas com êxito. Complementa que a continuação das atividades esvazia a finalidade do órgão e compromete a racionalidade administrativa.

Aponta que delegando as funções oriundas da Lei nº 2.598/2019 ao Departamento de Atendimento e Protocolo, sua funcionalidade absorverá maior eficiência, especialização técnica e economicidade, contribuindo para o fortalecimento da governança, a otimização de recursos e materiais e o aprimoramento da execução das atividades administrativas.

É o relatório.

Desta feita, competem as Comissões Permanentes, reunidas em conjunto, na forma que faculta o Regimento Interno, lavrar parecer a respeito de sua legalidade, oportunidade e conveniência.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 030/2026

O projeto versa sobre matéria de competência do Município, em razão de interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal.

Analisado o projeto, verifica-se, portanto, que o Projeto de Lei nº 030/2026 é legal, conveniente e oportuno, estando apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário.

Favorável é o parecer.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 06 de março de 2026

Pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI

Presidente - Relatora

VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO

Vice-Presidente

VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS

Secretária

Pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA

Presidente

VEREADOR GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS

Vice - Presidente

VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO

Secretário - Relator



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 030/2026.

Revoga a Lei Municipal nº 2.598, de 16 de abril de 2019, que cria o Arquivo Público Municipal e institui o Conselho Municipal de Arquivo.

A Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc...

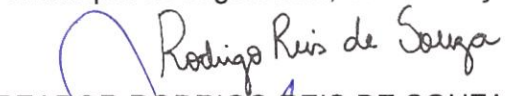
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte lei:

Art. 1º Fica revogada, em todos os seus termos, a Lei Municipal nº 2.598, de 16 de abril de 2019, que criou o Arquivo Público Municipal e instituiu o Conselho Municipal de Arquivo no âmbito do Município de Jaguariúna.

Art. 2º As atribuições do Arquivo Público Municipal e do Conselho Municipal de Arquivo ficam transferidas, no que for compatível, à Secretaria Municipal de Administração, a serem exercidas por meio do Departamento de Atendimento e Protocolo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, 17 de março de 2026.

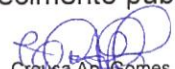

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente


VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI
Vice-Presidente


VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO
Primeiro Secretário


VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA
Segundo Secretário

Este documento foi publicado no site oficial da Câmara Municipal de Jaguariúna (<https://jaguariuna.sp.leg.br/>) para conhecimento público.


Creusa Ap. Gomes
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ANEXO I

Quadro de cargos em comissão da Secretaria de Saúde

Cargo	Quantidade	Valor nominal
Superintendente	3	R\$ 14.109,56
Diretor	16	R\$ 8.188,51
Coordenador	32	R\$ 6.479,51
Chefe de divisão	34	R\$ 4.770,51



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



				departamentos e demais órgãos a ele vinculados, que estejam afetados à prestação de serviço na área saúde; coordenar reuniões e trabalhos para melhoria constante do serviço público de saúde em sua área de atuação.	
Coordenador	L-1	1	40 h/s	Coordenar a execução das ações; realizar articulação/parcerias com instituições governamentais e não governamentais, engajando-se no processo de articulação do sistema de saúde; definir, com a equipe técnica, os meios e os ferramentais teóricos - metodológicos de trabalho a serem utilizados com as famílias, grupos e indivíduos; articular o processo de implantação, execução e monitoramento, registro e avaliação das ações, usuários e serviços; realizar reuniões periódicas com a equipe para discussão dos casos, avaliação das atividades desenvolvidas, dos serviços ofertados e dos encaminhamentos realizados; com representantes da rede prestadora de serviços, visando contribuir com o órgão gestor na articulação e avaliação dos serviços e acompanhar os encaminhamentos efetuados; executar outras tarefas correlatas.	Graduação completa de nível superior



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ANEXO II

Descrição sumária das atribuições, requisitos e carga horária dos cargos em comissão

Denominação	Grupo	Classe	Carga Horária	Atribuições	Requisitos
Chefe de Divisão	D-1	1	40 h/s	Coordenar, aplicar e organizar as propostas de necessidade de recursos humanos, materiais, orçamentários, financeiros e tecnológicos, assim como quaisquer outros de natureza técnica ou administrativa, conforme área de atuação. Orientar seus subordinados acerca dos seus direitos, deveres e na execução dos serviços. Identificar as necessidades e propor melhorias nas rotinas laborativas da sua área.	Graduação completa de nível superior
Diretor	E-1	1	40 h/s	Planejar e coordenar ações atribuídas ao Departamento, articular ações de programas e projetos, responsabilizando-se por resultados específicos, visando assegurar o desenvolvimento da política de governo. Orientar seus subordinados na realização dos trabalhos, bem como na sua conduta funcional. Prestar assistência e despachar o expediente de sua área diretamente com Secretário Municipal.	Graduação completa de nível superior
Superintendente	I-1	1	40 h/s	Chefiar unidade administrativa da área da saúde, responsabilizando-se pela qualidade, efetividade e eficiência dos serviços prestados ao cidadão. Coordenar a atuação dos	Graduação completa de nível superior



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício PRE n.º 052

Jaguariúna 18 de março de 2026

Senhor Prefeito

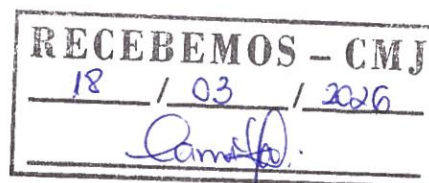
Encaminhamos a Vossa Excelência, para sanção e promulgação o Projeto de Lei nº 030/26, desse Executivo Municipal - Revoga a Lei Municipal nº 2.598, de 16 de abril de 2019, que cria o Arquivo Público Municipal e institui o Conselho Municipal de Arquivo, o qual foi aprovado por unanimidade de votos, em 1ª e 2ª discussões, em Sessões Ordinárias realizadas nesta Casa aos 10 e 17 de março de 2026.

Atenciosamente,

Rodrigo Reis de Souza

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Ao Senhor
David Hilário Neto
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.



Camila Iizuka
RG: nº 32.967.954-5
Assistente de Gestão Pública
Secretaria de Governo